ENCONTRO DEC(i)ÊNCIA

Ciência 2025

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E SOCIEDADE ...

SÓ COM O FIM DA PRECARIEDADE

9 JULHO

9H

NOVA SBE CARCAVELOS

ABIC

FENPROF

fp federação

SNESUP Sindicato Nacional do Ensino Superior

STARQ Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia

otc

universidade COMUM

Associação de Combate à Precariedade

SciNOVA-FCT Núcleo de Investigadores da NOVA-FCT

Investigadores da FCUL

Post Doctoral Association

NInTec Núcleo de Investigadores

Núcleo Bolseiros Investigadores Gestores de Ciência NOVA FCSH

TRANSPORTES ORGANIZADOS: CONTACTA OS SINDICATOS DA TUA REGIÃO

Manifesto em Defesa da Ciência Pública

1. PRECARIEDADE

NÃO É MODELO, É OBSTÁCULO AO FUTURO DA CIÊNCIA

A ciência em Portugal vive sob uma lógica de **precariedade estrutural**: bolsas de investigação em vez de contratos de trabalho, vínculos temporários que escondem funções permanentes, ausência de perspectivas de carreira.

Esta situação, resultado de opções políticas dos governos PSD/CDS e PS, decorrente quer da **contratação a prazo de investigadores, técnicos, gestores científicos e falsos docentes convidados**, quer do **recurso ao Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI)** que representa uma forma institucionalizada de exclusão de direitos laborais, sociais e até de dignidade profissional, é totalmente inaceitável.

A 29 de maio deste ano entrou em vigor a Lei n.º 55/2025, que aprova o **novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC)** e o **Regime Comum das Carreiras Próprias de Investigação Científica em Regime de Direito Privado (RCCPIC)**.

O diploma introduz alguns avanços — conquistas alcançadas graças à luta persistente dos investigadores — mas apresenta igualmente falhas graves e aspectos dúbios. Adicionalmente, as dificuldades de implementação e as insuficiências dos mecanismos de financiamento ameaçam comprometer os efeitos positivos que o novo estatuto poderia representar.

EXIGIMOS

- **Regularização imediata dos vínculos precários de todos os trabalhadores com funções permanentes**, incluindo investigadores, técnicos, gestores e docentes convidados, nomeadamente através da implementação de um **regime transitório**, com financiamento adequado, pelo Orçamento do Estado, que abranja todos estes profissionais.
- Urgente definição de **mecanismo permanente** e continuado de financiamento da integração na carreira de investigação científica com necessária dotação orçamental em sede de OE.
- **Implementação plena, justa e devidamente financiada do novo ECIC**, assegurando a integração efetiva dos investigadores e evitando novos bloqueios contratuais.
- **Abertura de concursos decorrentes do DL57**, evitando despedimentos em massa.
- **Revogação do EBI** e substituição de todas as bolsas de investigação por contratos de trabalho com direitos.
- **Compensação contributiva** para efeitos de reforma de todos os trabalhadores abrangidos pelo EBI, actualmente ou no passado.
- Enquanto o EBI não for revogado, **atualização extraordinária do valor das bolsas** ainda em 2025 e um novo regime de atualização automática, de acordo com o aumento do custo de vida.
- **Criação de uma carreira de regime especial para os trabalhadores que, não tendo o grau de doutor, exercem funções técnicas** de investigação de elevada complexidade e responsabilidade e que, atualmente, se encontram nas carreiras gerais da AP.

2. FINANCIAMENTO

GARANTIR UM FUTURO PARA A CIÊNCIA

A sustentabilidade da Ciência exige um compromisso claro com o seu **financiamento público, estável e previsível.** Desde 2017, o Estado investiu em mais de **7 mil contratos** com doutorados através do Programa de Estímulo ao Emprego Científico. Porém, **a esmagadora maioria desses contratos já chegou ou está a chegar ao fim**, sem uma resposta adequada à dimensão do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN). Esta instabilidade coloca em risco não apenas a vida de milhares de profissionais, mas o próprio funcionamento do SCTN.

O recurso quase total à contratação a prazo levou ao esvaziamento da carreira. O financiamento limitado de projetos de investigação (taxas de aprovação <8%), a falta de regularidade dos concursos, os atrasos na divulgação dos resultados e a sua curta duração, comprometem a qualidade da investigação.

A situação agrava-se com os **cortes recentemente impostos ao financiamento de dezenas de unidades de investigação,** afetando especialmente aquelas avaliadas com a classificação de "Muito Bom" e classificações inferiores. Estas reduções acontecem num contexto do **subfinanciamento estrutural** que há décadas fragiliza o SCTN, comprometendo a continuidade de projetos, colocando em risco postos de trabalho, impossibilitando a urgente integração de profissionais científicos e a valorização das suas carreiras (investigação, docência e técnica) e acentuando a instabilidade num setor estratégico para o país.

Num setor universalmente reconhecido pelo seu impacto estrutural no desenvolvimento dos países, este desinvestimento é duplamente prejudicial: compromete o presente e impede o futuro. Diversos estudos internacionais demonstram que cada euro investido em ciência pode gerar entre 4 e 8 euros de retorno, o que sublinha a irracionalidade económica dos cortes agora impostos.

EXIGIMOS

- **Financiamento público do emprego científico de doutorados** que garanta a sustentabilidade e o crescimento do SCTN.
- **Financiamento anual de projetos de investigação FCT** (fundamental e aplicada) de longa duração (>3 anos), e cumprimento de prazos para divulgação dos resultados.
- Criação de um **mecanismo permanente de financiamento para a integração de investigadores e técnicos nas carreiras científicas**, com dotação orçamental clara em sede de Orçamento do Estado e a valorização das carreiras científicas.
- **Reposição imediata do financiamento às unidades de investigação afetadas pelos cortes**, assegurando a continuidade dos projetos em curso e a estabilidade das equipas.
- **Aumento das transferências públicas para as instituições de ensino superior e de ciência**, invertendo o subfinanciamento crónico.
- **Aumento do financiamento, via Orçamento do Estado, para os Laboratórios do Estado**, de modo a travar o seu declínio e a dotar as instituições de recursos humanos e Técnicos para poderem cumprir a sua missão.
- **Revisão profunda do modelo de funcionamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia**, garantindo transparência, previsibilidade e uma orientação assente em estratégias científicas de médio e longo prazo.
- **Cumprimento da meta de investimento público em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de 3% do PIB até 2030**, sem sacrificar a investigação fundamental em favor de lógicas exclusivamente economicistas e de ciência aplicada a curto prazo.

3. DEMOCRACIA

AS INSTITUIÇÕES E A COMUNIDADE A PARTICIPAR, PENSAR E DECIDIR

A atual estrutura do ensino superior e da ciência é marcada pela **centralização do poder, ausência de transparência e erosão da democracia interna.**

O **Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)**, que regulamenta o modelo fundacional e de gestão empresarial e a abertura às instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), **alienou o controlo democrático das instituições** e acentuou a precariedade e a desigualdade. O ambiente académico tornou-se mais propício à endogamia, ao assédio e à degradação das condições de trabalho e saúde mental.

EXIGIMOS

- **Revogação dos mecanismos de gestão antidemocráticos** introduzidos pelo RJIES.
- Construção de instituições de ensino superior orientadas por **modelos colegiais, participados e transparentes**, centrados na produção e transmissão de conhecimento crítico.
- Valorização da função pública da ciência e da academia, reconhecendo a **liberdade científica e pedagógica como pilar essencial**.
- **Rejeição da instrumentalização da ciência por lógicas mercantilistas, concorrenciais e armamentistas.**

CIÊNCIA,
INOVAÇÃO E SOCIEDADE ...

SÓ COM O FIM DA PRECARIEDADE